

ARQUIVOS EMPRESARIAIS: FATORES DE DESENVOLVIMENTO E PRINCIPAIS AGENTES CONDICIONANTES

Diego Maganhotto Coraiola – Universidade Federal do Paraná – UFPR –
dcoraiola@gmail.com

Armando João Dalla Costa - Universidade Federal do Paraná – UFPR –
ajdcosta@ufpr.br

RESUMO

O presente artigo considera que ainda são poucas e insuficientes as pesquisas que buscam analisar os fatores relacionados ao desenvolvimento das pesquisas em História de Negócios (*Business History*). Considerando que os arquivos empresariais compreendem um dos principais elementos que fundamenta e contribui para o aumento na quantidade de pesquisas no âmbito da História Empresarial, o artigo objetiva desenvolver análise comparativa entre diversos modelos existentes internacionalmente a fim de identificar os principais fatores relacionados ao seu desenvolvimento. Quatro fatores e agentes associados emergem da análise: o Estado ou poder público associado ao fator de desenvolvimento público/estatal; as organizações e a iniciativa privada associadas ao fator de desenvolvimento econômico/empresarial; as instituições culturais e educacionais associadas ao fator de desenvolvimento cultural; e, por fim, o fator de desenvolvimento profissional, associado à atividade dos grupos e associações profissionais. O argumento central do artigo considera que conforme a predominância ou conjunção desses elementos desenvolver-se-ão diferentes modelos ou sistemas de arquivo empresarial. Nesse sentido, considera a existência de quatro situações ideais: 1) Responsabilidade Convergente, quando existe forte atuação tanto do poder público quanto da iniciativa privada e essas ações estão alicerçadas em elementos culturais e profissionais; 2) Responsabilidade Pública, quando a atuação pública em favor da preservação é grande e a atuação privada é pequena, seja por falta de interesse ou porque as ações do Estado inibem ou substituem qualquer necessidade de desenvolvimento privado. Nesses casos, existe certa tendência de as ações públicas serem uma forma de manifestação da influência de cultura pró-arquivos; 3)

Responsabilidade Privada, quando existem poucas iniciativas públicas em favor da preservação dos arquivos empresariais, que em sua maioria são mantidos por empreendimentos privados. Em associação a esses empreendimentos, é também comum o desenvolvimento de atividades por grupos e associações profissionais cujas atividades possuem relação com os arquivos; 4) Responsabilidade Dispersa, quando nenhum dos principais atores, poder público e iniciativa privada, se destacam na atuação em prol do desenvolvimento dos arquivos empresariais. Neste caso, as iniciativas voltadas à conservação dos arquivos tendem a ser desenvolvidas de maneira independente e pouco integrada, por influência de elementos culturais ou profissionais.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivos Empresariais; Responsabilidade Pública; Responsabilidade Privada.

ABSTRACT

This article assumes that there are very few and insufficient research that seek to analyze the factors related to the development of Business History studies. Assuming that business archives comprise a major component that supports and contributes to the development of Business History research, the paper aims to develop a comparative analysis of different international models in order to identify the most important factors related to its development. Four factors and agents associated emerged from the analysis: the State or public power associated with the public/state development factor; the organizations and private sector associated with the economic/business development factor; the educational and cultural institutions associated with the cultural development factor; and finally, the professional groups and associations linked with the professional development factor. The main argument of the paper states that the different combination of these elements will develop different models or systems of business archives. In this sense, it considers the existence of four ideal situations: 1) Convergent Responsibility, when there is a strong performance from both the public and the private sector and their actions are supported by cultural and professional elements; 2) Public Responsibility, when there are great public efforts to preserve business archives and

little investment of private sector, due to a lack of interest or because the State's actions inhibit or replace any need for private development. In these cases, there is a tendency for a cultural influence in the development of the public actions; 3) Private Responsibility, when there are few public initiatives in favor of preserving business archives, which are mostly held by private enterprises. Related to these private efforts, it is also common to find many activities developed by professional groups and associations to help to preserve the archives; 4) Esparse Responsibility, when none of the major actors, public and private sector, stand out on behalf of development of business archives. In this case, the conservation initiatives tend to be independently developed and poorly integrated, influenced by cultural or professionals elements.

KEYWORDS

Business Archives; Public Responsibility; Private Responsibility.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos diversos autores têm se manifestado favoravelmente para maior aproximação entre as disciplinas de Estudos Organizacionais e de História de Negócios (*Business History*). As justificativas para estes apelos remetem normalmente à origem comum de ambas as disciplinas, que se teriam separado durante a primeira metade do século XX. Essa aproximação possui como objetivos, por um lado, favorecer a incorporação da história ou da perspectiva histórica na área de estudos organizacionais e, por outro, a disseminação da importância e necessidade de maior utilização de teorias nas pesquisas sobre história de negócios ou história empresarial.

Os estudos organizacionais, por influência da Sociologia e outras disciplinas correlatas em sua busca para firmarem-se como ciências equivalentes às ciências naturais, afastaram-se de suas origens comuns e enveredaram por dimensão fortemente influenciada por questões teóricas e epistemológicas oriundas do desenvolvimento cientificista das ciências sociais. Por sua vez, a *Business History*, ou história empresarial, permaneceu fiel aos cânones da história relegada a posição secundária de

menor importância, sendo muitas vezes tratada como "[...] mero campo de pruebas de la teoría " ou fornecedora de dados para outras disciplinas econômicas dedicadas à construção ou teste de teorias (VALDALISO; LÓPEZ, 2003, p. 43).

Essa aproximação entre as disciplinas promete gerar vantagens para ambos os lados e contribuir para o desenvolvimento conjunto e particular de cada uma delas. No caso dos estudos organizacionais, considera-se como benefícios a maior conscientização dos pesquisadores para com relação à historicidade dos fenômenos estudados, que podem contribuir para o abandono de posições e comparações ingênuas e, além disso, pode também fornecer ferramental metodológico adicional para a realização de pesquisas sobre os fenômenos organizacionais. Em se tratando da história empresarial, a literatura tem apontado como vantagens a construção de pesquisas motivadas por questionamentos teoricamente orientados, o aumento na generalização dos resultados das pesquisas e a aproximação com outros quadros teóricos não restritos à economia (AMATORI, 2009; ROBERTS, 2003; ÜSDIKEN; KIESER, 2004; ZALD, 1989).

No esteio desse movimento de aproximação entre história empresarial e estudos organizacionais, o presente artigo pretende contribuir para ambas as áreas por meio da utilização da estrutura teórico-metodológica das pesquisas sociológicas sobre organizações aplicada à realização de análises comparativas sobre o desenvolvimento das pesquisas em história empresarial. Nesse sentido, o pressuposto fundamental adotado neste artigo considera que o desenvolvimento das pesquisas sobre história empresarial seja influenciado por uma série de fatores que tendem a facilitar ou dificultar esse desenvolvimento e, em qualquer dos casos, o arranjo tende a gerar certa influência na forma, profundidade e velocidade do desenvolvimento das análises sobre a história do desenvolvimento econômico das organizações.

Em se tratando de uma primeira análise exploratória e preliminar desse fenômeno, para fins da elaboração deste artigo serão destacados como elementos que exercem maior influência e contribuem mais fortemente para o desenvolvimento das pesquisas em história de negócios desenvolvidas internacionalmente os seguintes fatores: 1) a disponibilidade de dados e informações para a pesquisa histórica; 2) a disponibilidade de verbas e recursos para a realização de pesquisas; 3) a existência de centros de educação e formação profissional, assim como centros dedicados à realização de pesquisas; e 4) a existência de comunidade de pesquisadores atuante, com eventos e veículos de divulgação de trabalhos sobre o assunto.

Ainda que esses fatores sejam apresentados em separado, é claramente perceptível a proximidade e conexão existente entre eles, bem como a suposição relacionada à influência e reforço mútuo que eles produzem entre si. No entanto, na ausência de conhecimento aprofundado sobre a natureza, funcionamento e relacionamento entre aqueles fatores, no presente trabalho optou-se por analisar em detalhes um único fator ou conjunto de elementos, a saber: a disponibilidade de dados e informações para a pesquisa histórica. Mais especificamente, o trabalho aborda a questão dos arquivos empresariais, conjecturando sobre possíveis razões para as diferenças e similaridades encontradas nas práticas desenvolvidas internacionalmente e sugerindo a necessidade de análises comparativas sistemáticas com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno, bem como embasar a realização de mudanças que visam incrementar a prática de preservação de arquivos e contribuir para a expansão das pesquisas em história empresarial.

2 IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS EMPRESARIAIS

A quantidade de trabalhos de pesquisa desenvolvidos na área de história empresarial tem apresentado crescimento vertiginoso nos últimos anos. Vários são os encontros, congressos e seminários dedicados à apresentação de trabalhos e à realização de palestras e debates sobre o tema, assim como também se percebe aumento na quantidade de livros e periódicos nos quais são veiculados resultados de pesquisas, orientações e recomendações metodológicas, além de balanços e análises da produção na área. Em paralelo a esse desenvolvimento no âmbito acadêmico, verifica-se também em nível internacional entre os empresários a disseminação de preocupação com a história de suas organizações e, atrelado a isso, crescimento na quantidade de projetos e ações dedicadas à recuperação da história e da memória das empresas.

Dentre as diversas explicações possíveis apresentadas para essa evolução na quantidade de instituições e trabalhos devotados ao assunto, três grandes elementos correlacionados se pronunciam: o primeiro envolve a re-aproximação entre as áreas de estudos organizacionais e administração e negócios das disciplinas de história e história econômica; o segundo abrange mudança na percepção quanto ao papel das empresas em

sociedade e reconhecimento das possibilidades de exploração da história empresarial; e o terceiro fator envolve o aumento na quantidade de fontes e arquivos disponíveis para a realização de pesquisas históricas sobre organizações e setores econômicos (VALDALISO, 1996).

O primeiro desses fatores teria como influência principal a migração de pesquisadores das áreas de história e economia, mais precisamente de história econômica, para os departamentos de administração e negócios e, em conjunto com eles, a transferência dos interesses em objetos de pesquisa e das metodologias utilizadas para o âmbito de pesquisas sobre organizações. O segundo fator compreenderia certa mudança de mentalidade, tanto do empresariado quanto do público em geral, quanto à importância e o papel das empresas privadas para o desenvolvimento econômico e social e, em decorrência disso, maior interesse em conhecer a história das empresas e em reconhecer sua contribuição para o desenvolvimento nacional ou regional. O terceiro fator, de interesse central para o presente trabalho, considera a crescente disponibilidade de fontes e arquivos para a realização de pesquisas históricas sobre negócios; em parte derivada de mudanças na natureza da pesquisa histórica e, por outra, no aumento dos esforços públicos e privados de preservação dessas informações (VALDALISO, 1996).

A importância dos arquivos empresariais para a realização de pesquisas sobre organizações não é minimizada na literatura. Existe certo consenso entre os pesquisadores que qualquer trabalho ou pesquisa que se pretenda desenvolver tomando por objeto alguma questão histórica ou tendo por lente analítica a perspectiva histórica, ou ainda, que empregue métodos historiográficos para a consecução dos objetivos de pesquisa carece, necessariamente, da existência e disponibilidade de acesso a determinado conjunto de registros históricos ou de acesso a fontes históricas que possibilitem a reconstrução de eventos passados. Nesse sentido, a existência de fontes e registros preservados sob a forma de arquivos está localizada na própria origem das possibilidades de realização de pesquisas em história empresarial.

Muito embora isso seja amplamente constatado e debatido, não se verifica na literatura sobre arquivos empresariais grande preocupação com a realização de análises voltadas a conhecer melhor os fatores implicados no estabelecimento e operação dos arquivos empresariais. Boa parte dos trabalhos desenvolvidos sobre o assunto possui como objetivo primeiro apresentar as diferentes práticas existentes internacionalmente e apontar os seus aspectos similares e diferentes. No entanto, isso é normalmente feito

sem a apresentação de conjecturas relacionadas aos fatores em função dos quais essas práticas chegaram a ser desenvolvidas da forma como o foram, ou seja, sem tentativas de análise e teorização quanto aos elementos responsáveis pela configuração dos arquivos de negócios (veja-se, por exemplo, o relatório apresentado no Congresso do Conselho Internacional de Arquivo em 2004 ou os vários artigos publicados pela revista italiana *Culture e Impresa*).

Nesse sentido, apesar da quantidade de trabalhos escritos sobre arquivos empresariais, não são muitos aqueles que se propõem realizar análises comparativas entre os modelos de arquivos existentes. Dentre as preocupações passíveis de motivar a realização dessas análises é possível indicar: 1) a realização de trabalhos com objetivos analíticos, dedicados à compreensão dos fatores que levaram àquelas configurações e o impacto da adoção de determinado modelo em outras práticas correlatas como a gestão dos arquivos empresariais ou a disponibilidade de arquivos para pesquisa em história empresarial; e 2) o desenvolvimento de pesquisas com objetivos de melhoria e mudança, voltadas a identificar fatores e elementos mais produtivos e eficientes presentes em determinado modelo e não em outro, que pudessem ser copiados ou adotados visando ao estabelecimento de políticas e procedimentos de arquivos empresariais que favorecessem a preservação dos registros e o acesso dos pesquisadores a esses arquivos.

Dentre as publicações encontradas, é mister indicar que alguns autores se propõem o desenvolvimento de categorias e tipologias de arquivos empresariais (TORTELLA, 2003; PEDRAZA, 2009), que auxiliam na compreensão dos modelos existentes e possibilitam visualizar as similaridades e diferenças entre as várias práticas arquivísticas adotadas nos mais diversos países. A fim de seguir pela mesma via de exame indutivo proposta pela maioria das análises realizadas sobre o assunto, a seguir serão apresentados alguns casos – em sua maioria de países europeus e americanos – que contribuirão para o desenvolvimento das análises posteriores sobre o assunto e para o desenvolvimento de reflexões acerca das possibilidades de desenvolvimento futuro das análises comparativas sobre arquivos empresariais.

3 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM ARQUIVOS

Conforme indicado anteriormente, não são muitas as produções acadêmicas que se dedicam a elaborar sobre as similaridades entre as políticas nacionais de arquivos ou a explorar os padrões e regularidades das práticas em suas causas e consequências, vantagens e desvantagens ou contribuições para a realização de pesquisas e o desenvolvimento da história de negócios. Os trabalhos encontrados na literatura internacional de arquivos, quando se propõem a apresentar análises comparativas dos arquivos empresariais em diversas partes do mundo, normalmente adotam como modelo alguns elementos ou critérios similares existentes entre eles para, a partir disso, apresentar as experiências de cada país separadamente, ressaltando alguns pontos de contato ou convergência entre os modelos. Para os fins dessa pesquisa, primeiro serão apresentados os casos e depois as considerações sobre eles.

A Dinamarca e a Finlândia optaram por soluções mais centralizadoras para seus arquivos empresariais. Esses dois países estabeleceram uma instituição nacional de arquivo responsável pela coleta, recuperação e organização dos documentos das empresas. Isso não implica na existência de obrigatoriedade de as empresas preservarem e cederem seus arquivos ao poder público; na maior parte dos casos, elas o fazem por compreender a preservação dos arquivos como obrigação moral para com a herança cultural do país. Nesses casos, o papel das instituições públicas é tanto o de definir os tipos de registro que há interesse em preservar, de acordo com a relevância social e histórica, quanto de receber doações particulares de documentos e negociar a aquisição de arquivos privados. Essa abordagem é também conhecida pelo conceito de 'arquivo total' (*total archives*), adotado no Canadá (FINK; JANSEN, 2007; FODE; FINK, 1997; LAKIO, 2007; LINDGREN, 2003; ICA, 2004).

A Suécia e a Noruega, por sua vez, apesar de adotar modelo de centralização similar por muitos anos e contar com vários documentos empresariais em seus arquivos públicos, vêm aos poucos expandido a base de arquivos regionais de negócios com o auxílio dos campi regionais das universidades. De modo a fornecer o acesso a esse material descentralizado, há grande investimento em sistemas de informação e ferramentas de busca e recuperação de dados que permitem disponibilizar os inventários para consulta pública. Além das iniciativas desenvolvidas para incentivar o desenvolvimento da disciplina de História Empresarial nesses países, há de se ver que

na Suécia e Noruega existe certa tradição estabelecida de as empresas permitirem o acesso dos pesquisadores aos seus arquivos quando se demonstra tratar-se de pesquisa acadêmica (LINDGREN, 2003; NÆSS, 2007). Nesse sentido, Lindgren (2003, p. 167) ressalta que:

the firms themselves, however, have made the most important contribution, both to maintaining the archives and to providing service to scholars. The major firms, especially the banks, have adopted a policy of preserving their historical archives, which by international standards, are admirable in their extent. This includes maintaining the archives of many other firms and banks that have been acquired through purchase or merger over the years.

O caso francês agrega outra visão com relação às responsabilidades do governo e das empresas. Apesar da grande quantidade de empresas públicas francesas responsáveis pela prestação de serviços, o que de início poderia sugerir a centralização dos documentos governamentais em um órgão único, não existe na França uma unidade responsável somente pela coleta e armazenamento dos arquivos históricos das empresas (CASSIS, 2003). Com exceção de algumas considerações quanto a alguns arquivos pertencerem a uma memória nacional que carece de proteção, a lei não estabelece nenhum prazo legal ou obrigação de depósito dos arquivos em alguma instituição pública, assim como não rege as condições de acesso e utilização dos arquivos, deixando aos seus proprietários a autoridade para decidir quanto aos documentos em seu poder (PROCHASSON, 1998).

No caso dos arquivos empresariais, as principais iniciativas desenvolvidas para o estabelecimento das fontes de pesquisa naquele país foram decorrentes de projetos elaborados pelas próprias empresas públicas, que estabeleceram, cada qual de acordo com seus interesses, núcleos responsáveis pelo levantamento e gestão dos arquivos referentes à sua história e à história de outras instituições parceiras ou correlatas e, posteriormente, disponibilizaram estas coleções para consulta pública.

In addition to encouraging and sponsoring historical research, these associations have made considerable archival material available to researchers. They have opened and classified their own archives or those of the companies, ministries, and other institutions with which they are linked, as well as set up oral archives and organized documentation centers (CASSIS, 2003, p. 212).

No caso da Inglaterra, posto que embora legislação sobre o funcionamento das empresas, datada do século XIX, regulamentasse a necessidade de elas guardarem determinado conjunto de documentos, não foi desenvolvida legislação específica para arquivos no País. A preservação dos documentos foi em boa parte resultado do trabalho realizado pelas universidades, que criaram diversos fundos de arquivos empresariais de abrangência local, regional e nacional, por vezes especializados em alguns setores. As normas e procedimentos existentes são definidos, questionados e reformulados pelos próprios profissionais de arquivo, em suas conferências anuais. As discussões realizadas nesses eventos teriam contribuído para apresentação de proposta ao Tesouro enfatizando a importância da manutenção dos arquivos e sua visão como parte integral da herança documentária inglesa e recomendando a possibilidade de as empresas incluírem os gastos com manutenção e acesso aos seus arquivos nos custos anteriores ao cálculo dos impostos, como forma de incentivo às empresas que preservam seus arquivos (PEDRAZCA, 2009; RICHMOND, 2006; THE NATIONAL ARCHIVES, 2009).

Nos Estados Unidos, a preservação dos registros históricos e arquivos das empresas é feita, predominantemente, pelas próprias organizações ou por instituições acadêmicas como bibliotecas ou universidades. Não existe legislação geral que regule a atividade e são bastante escassos os incentivos oferecidos pelo governo e outras instituições para que as organizações criem e mantenham arquivos empresariais. O auxílio governamental para arquivos privados que possuem como finalidade o lucro é praticamente inexistente, mas instituições arquivísticas sem fins lucrativos e universidades que mantêm arquivos empresariais conseguem obter algum suporte e têm direito a bolsas e subvenções governamentais para o desenvolvimento desse trabalho. Apesar disso, antes mesmo do surgimento da profissão de arquivista, várias instituições já se dedicavam à preservação de arquivos de negócios, principalmente universidades, sendo possível constatar crescimento na quantidade de arquivos corporativos e empresariais em geral a partir da década de 1940 e mais fortemente depois dos anos 1970 (ADKINS, 1997; 2006).

Os casos grego e italiano são os mais recentes dentre os casos europeus já comentados, além deles destacam-se ainda o caso espanhol, que não será abordado. O desenvolvimento dos arquivos na Grécia é bastante interessante, pois está baseado principalmente nas empresas e na iniciativa de organizações sem fins lucrativos e pessoas físicas que possuem interesse em explorar economicamente os registros

acumulados. Os arquivos empresariais são considerados arquivos privados, ou seja, não há a necessidade de encaminhá-los para os arquivos do Estado. No entanto, existe certa obrigatoriedade de as empresas encaminharem formulário informando o Serviço Central de Arquivos do Estado dos registros que possuem, muito embora isso muitas vezes não seja efetuado (DRITSAS, 2003; ARATHYMOU, 2006).

Tendo crescido em meados dos anos 1970, a preocupação com os arquivos empresariais italianos possui como marco uma mesa redonda sobre arquivos industriais organizada por influência de alguns historiadores econômicos, empreendedores e arquivistas públicos. Em termos de legislação, a Itália possui duas categorias de normas que envolvem os arquivos: normas gerais, que se aplicam a todo o tipo de arquivos e, por conseguinte, aos arquivos empresariais; e normas específicas, definidas exclusivamente para os documentos comerciais e de empresas. As normas gerais estabelecem os arquivos de interesse histórico e cultural e atribuem responsabilidades e obrigações para os proprietários dos documentos, como a impossibilidade de desmembrar um arquivo e a necessidade de fornecer acesso para a realização de consultas e pesquisas. O segundo conjunto de normas é dedicado à conservação dos documentos empresariais, elas determinam os tipos de documentos que devem ser preservados (contratos e acordos; registros contábeis e administrativos; e documentos técnico-operacionais e de planejamento) e o período mínimo que eles devem ser mantidos (GIUDICI, 2005, 2006).

Ainda que vários autores considerem as influências do desenvolvimento histórico e da questão cultural sobre as diferentes configurações de arquivos encontradas, comentários dessa natureza são emitidos como pressupostos necessários, obviedades partilhadas por todos, e não são postos à prova ou considerados em suas devidas importâncias ou contribuições relativas para a questão. Nesse sentido, o aprofundamento da compreensão das questões relativas às diferentes formas de estruturação, funcionamento e desenvolvimento dos arquivos empresariais demanda a realização de estudos comparativos dedicados a evidenciar os diversos elementos e variáveis envolvidos no processo de constituição desses modelos, bem como distinguir os aspectos positivos e negativos, ou vantagens e desvantagens relacionados à adoção de determinado modelo.

Com base nas várias soluções ou modelos de arquivos empresariais adotados internacionalmente, é possível distinguir a influência de quatro principais conjuntos de fatores e agentes relacionados ao desenvolvimento dos arquivos empresariais, a saber:

FATOR DE DESENVOLVIMENTO	AGENTE PRINCIPAL
Público/Estatal	Estado ou Poder Público
Econômico/Empresarial	Organizações e Iniciativa Privada
Cultural	Instituições Culturais e Educacionais
Profissional	Grupos e Associações Profissionais

Quadro 1: Fatores de desenvolvimento de arquivos e agentes principais

O argumento central do artigo considera, portanto, que conforme a predominância ou conjunção desses elementos desenvolver-se-ão diferentes modelos ou sistemas de arquivo empresarial. Nesse sentido, acredita-se que quando as ações do Estado predominam, os arquivos tendem a ser centralizados em algumas poucas agências centrais responsáveis pela coleta e preservação desses documentos. Quando há a predominância das organizações, os modelos são mais descentralizados, a cargo de uma única ou algumas poucas organizações setoriais que se organizam para preservar os arquivos. Quando o principal fator é a existência de cultura de valorização de arquivos ou quando o desenvolvimento dos arquivos ocorre sob a influência de profissionais de arquivos, existe a tendência de a coleta e preservação dos arquivos de empresas serem compreendidas como compromisso social a encargo de instituições culturais ou educacionais, assim como de algumas pessoas ou pequenos grupos se organizarem para estabelecer empreendimento social dedicado à manutenção daqueles arquivos.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS

Análise comparativa entre diferentes países permitem perceber grande diferença nas práticas adotadas e na forma como arquivos empresariais são trabalhados internacionalmente. Essas diferenças tendem a ser atribuídas a fatores geográficos, econômicos e culturais (TORTELLA, 2003). Apesar disso, a literatura indica que dentre os principais traços comuns existentes entre os modelos de arquivos empresariais seja possível ressaltar a natureza dos esforços empreendidos na construção de estruturas dedicadas à coleta e preservação dos arquivos de negócios. Esses esforços teriam por base, predominantemente, as ações desenvolvidas pelo poder público, por um lado, e pelos empresários e grupos empresariais, por outro. O elemento explicativo para a adoção de um ou outro modelo é atribuído por Tortella (2003) ao nível de intervenção do Estado na economia. Como a própria autora afirma:

En los países donde ha habido un fuerte sector público, como Francia, Italia, Suecia y los escandinavos en general, la reglamentación y organización de los archivos, incluidos los de las empresas, se han llevado desde el Estado. En los países anglosajones, donde la economía ha estado menos intervenida, ha predominado el sector privado y han sido las empresas mismas las que han decidido el destino de sus archivos (TORTELLA, 2003, p. 139).

Essas tendências de controle público ou empresarial dos arquivos podem ser constatadas a partir da análise sintética das práticas de arquivo apresentada anteriormente. Conforme percebido, em nenhum dos casos ocorrem situações em que o setor público seja completamente responsável pela preservação dos arquivos empresariais, ou mesmo casos outros em que esse tipo de documento fique exclusivamente em poder das organizações que os produziram. Nesse sentido, ao invés de uma tipologia que oferece duas simples categorias estanques, a diferenciação sugerida por Tortella (2003) é melhor compreendida como um *continuum* que se desloca de duas situações extremas e empiricamente inexistentes de controle absoluto do poder público até o seu oposto de responsabilidade total das empresas em preservar os arquivos referentes aos seus negócios.

No entanto, mesmo essa distinção pode ser enganosa, posto que embora estejam correlacionadas as práticas desenvolvidas pelo Estado e pelas empresas privadas, isso

não implica que na ausência da intervenção estatal as empresas responsabilizar-se-ão completamente pela preservação de seus arquivos ou que, mesmo sem o interesse das empresas em preservar sua história, o poder público desenvolverá iniciativas voltadas à coleta e conservação dos registros e documentos das empresas. Em verdade, o que se verifica atualmente em boa parte destes países é a existência concomitante dos dois modelos: a manutenção dos arquivos pelos empreendimentos privados e a existência de iniciativas públicas voltadas à manutenção desses documentos.

Nesse sentido, trata-se de uma falsa dicotomia, pois as empresas em boa parte possuem independência com relação ao Estado na gestão dos seus arquivos. Nesse caso, excetuando-se os casos em que existe algum tipo de obrigatoriedade de os arquivos privados serem encaminhados para preservação em repositórios públicos, o nível de interesse e as práticas de preservação das organizações tenderão a variar. Dessa forma, as diferenças existentes parecem estar relacionadas à maneira como estão distribuídos dois conjuntos de elementos: o nível de responsabilidade pública pela conservação dos documentos empresariais e de intervenção governamental nas práticas desenvolvidas pelas empresas e o nível de interesse e comprometimento dos empresários e gestores com a preservação da história de suas organizações, setores e locais de atuação.

Uma forma de contribuir para essa distinção é tentar identificar categorias intermediárias que permitam explorar em maiores detalhes os casos analisados. O nível de responsabilidade e atuação do poder público pode ser considerado a partir das ações desenvolvidas pelo Estado, que pode ser mais ou menos ativo no que concerne à preservação dos arquivos empresariais. Da mesma forma, o interesse e comprometimento do empresariado refletem nas ações desenvolvidas pelas empresas privadas, que podem ser mais ou menos atuantes em relação à preservação da sua própria história. Considerando que os interesses das empresas privadas e do poder público podem ser convergentes ou divergentes e eles podem ou não assumir responsabilidade pela preservação dos arquivos de negócios, é possível identificar quatro possibilidades ideais de classificação das práticas de conservação de arquivos empresariais desenvolvidas internacionalmente.

		Estado	
		Muito Atuante	Pouco Atuante
Empresa	Muito Atuante	Responsabilidade Convergente	Responsabilidade Privada
	Pouco Atuante	Responsabilidade Pública	Responsabilidade Dispersa

Quadro 2: Classificação das práticas de conservação de arquivos

A Responsabilidade Convergente ocorre quando as ações voltadas à preservação dos arquivos empresariais são desenvolvidas tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, normalmente de maneira integrada ou complementar. Para fins ilustrativos e, neste momento, sem grandes preocupações que os exemplos representem com total fidedignidade os quadrantes nos quais serão incluídos, é possível inserir nesta categoria países como Suécia e Noruega, que embora tenham empregado modelo centralizado na atuação pública por muito tempo, nos últimos anos têm desenvolvido esforços de descentralização associados a iniciativas de conscientização e incentivo à população e ao empresariado e construído sistemas para realizar a integração e a disponibilização das informações para pesquisa e para consulta pública.

A Responsabilidade Pública e a Responsabilidade Privada são casos específicos do que poderia ser considerado mais amplamente como Responsabilidade Divergente ou Exclusiva, em que as responsabilidades pela guarda e gestão dos arquivos empresariais são atribuídas predominantemente ou às empresas ou ao Estado. Nesse sentido, a atuação do empresariado e do poder público estaria associada diretamente à presença ou ausência de ações desenvolvidas por um ou pelo outro grupo de atores. Na medida em que as organizações estivessem preocupadas e se responsabilizassem pela gestão dos seus arquivos, haveria tendência de o poder público deixar de dispender esforços nesse setor. Por outro lado, em havendo o investimento público na preservação dos documentos e arquivos de negócios, as empresas abster-se-iam de realizar gastos com a construção de espaços e contratação de pessoas dedicadas à gestão de seus arquivos privados.

Conforme comentado, na Responsabilidade Pública a maior parcela de investimentos direcionados à preservação dos arquivos empresariais é realizada pelo poder público. Enquanto o Estado se responsabiliza, ou é responsabilizado, pelo desenvolvimento de atividades voltadas à preservação dos arquivos de negócios, tendem a ser pequenas ou inexistentes a preocupação e as ações de conservação desenvolvidas por iniciativa das organizações privadas. Como exemplos dessa situação é possível indicar a abordagem de ‘arquivo total’, característica do Canadá e também os sistemas adotados por alguns países escandinavos, mais especificamente, a Finlândia e a Dinamarca, nos quais as ações de preservação das fontes e registros de negócios são desenvolvidas a partir de estruturas e centros públicos estabelecidos para receber, organizar e disponibilizar os documentos de arquivos de empresas privadas.

A Responsabilidade privada, oposto complementar à responsabilidade de caráter público, pode ser caracterizada como a situação na qual o poder público se abstém de desenvolver atividades voltadas à conservação dos documentos particulares de organizações privadas e atribui essa responsabilidade ou deixa a encargo das próprias empresas a criação de estruturas destinadas a esse propósito. Dentre os casos apresentados, aqueles que mais fortemente parecem se aproximar dessa situação são os Estados Unidos e a Grécia. Nesse países, os arquivos empresariais são considerados exclusivamente como propriedade privada, cabendo às próprias organizações que os produziram e detém direito sobre sua propriedade, que realizem ações direcionadas à conservação desse patrimônio, se assim o acharem direito e necessário.

Por fim, a Responsabilidade Dispersa indica situação na qual tanto as ações desenvolvidas pelo poder público quanto as iniciativas privadas de desenvolvimento de arquivos empresariais tendem a ser esparsas, carendo de integração e continuidade. Nessa categoria, não é possível identificar e atribuir claramente maior influência a um ou outro dos agentes públicos ou privados. Isso não significa que não sejam desenvolvidas práticas voltadas à conservação de arquivos empresariais, indica somente que é bastante frágil essa divisão e que nenhum dos agentes tende a assumir grande responsabilidade pelos arquivos. O caso que mais adequadamente representa essa situação é o dos arquivos latino-americanos, cujas análises demonstram grande estado de precariedade e falta de investimentos por parte do poder público e das organizações privadas no desenvolvimento de ações visando os arquivos de empresas (FUNDACIÓN HISTORICA TAVERA, 1999).

Há de se ver no entanto que, apesar do baixo envolvimento de empresários e políticos ser responsável pelo caráter disperso das responsabilidades para com a conservação dos arquivos empresariais, ainda é possível considerar a influência de fatores culturais e profissionais nas iniciativas desenvolvidas. Aliás, estes elementos estão presentes em todos os quadrantes de responsabilidade apresentados, intermeados com os outros fatores, mas nesse caso, em função da baixa influência do poder público e do capital privado, sua relevância tende a se destacar. As ações de preservação podem estar dispersas em várias iniciativas pontuais e localizadas, realizadas por determinadas empresas ou regiões, e tenderão a acontecer tanto mais quanto exista certa cultura pró-arquivos ou pró-história disseminada nesses locais. Por outro lado, a existência de corpo de profissionais cujos interesses estão relacionados ou demandam a coleta e preservação de documentos e arquivos pode também operar como fator influente no desenvolvimento de iniciativas de resgate e conservação das fontes históricas sobre negócios e empresas.

A consideração sobre a participação desses fatores pode também iluminar outros aspectos não comentados anteriormente quando da apresentação das responsabilidades, que envolvem destacar de que forma esses elementos participam e contribuem com os agentes públicos e privados na construção de arquivos empresariais. Em se considerando a Responsabilidade Convergente, é possível considerar que exista grande tendência de que fatores culturais favoráveis à preservação de arquivos existam e sejam amplamente disseminados. Da mesma maneira, espera-se que haja grande desenvolvimento da esfera profissional que desempenha atividades correlatas ou subsidiárias à disponibilidade de arquivos, como arquivistas, historiadores, juristas, dentre outros. Por decorrência, poder-se-ia esperar também a existência de forte área acadêmica e grande quantidade de publicações que se baseiam nesses arquivos ou são dedicados à essa temática.

Em que pesem os elementos destacados na apresentação dos casos, é possível analisar também a participação daqueles fatores na situação das responsabilidades Pública e Privada; análise que demanda, necessariamente, verificação empírica das possibilidades aqui apresentadas. A iniciar pela Responsabilidade Pública, que atribui maior parcela de atuação ao Estado e suas agências, em conjunto aos casos anteriormente enquadrados nessa categoria é possível incluir também a situação dos arquivos franceses, que embora distante do ideal de 'arquivo total', indicado como

situação extrema desse quadrante, ainda apresenta traços de maior influência pública do que privada na construção dos arquivos. Em se considerando os elementos cultural e profissional que permeiam essa situação, o primeiro parecer exercer grande influência nessa dimensão de Responsabilidade Pública, manifestando-se por meio das ações do poder público em benefício da população.

Diferentemente desse caso, o fator profissional parece ser mais relevante do que a questão cultural quando se considera a situação da Responsabilidade Privada. Além dos casos grego e estado-unidense, também mais extremos com relação ao quadrante apresentado anteriormente, é possível incluir nesta categoria os exemplos italiano e inglês. O caso da Inglaterra parece exemplar em demonstrar a importância e a influência da profissionalização sobre a estruturação dos arquivos empresariais. Naquele país, boa parte das normas, atividades e projetos voltados à questão dos arquivos empresariais estão sob influência dos Arquivos Nacionais (*The National Archives*), que promove encontros e seminários voltados a definir as práticas de arquivos mais adequadas, além de elaborar sugestões e recomendações ao poder público visando incrementar as atividades de preservação de arquivos.

Essas considerações sobre a influência da cultura e da profissionalização sobre o desenvolvimento dos modelos de arquivos empresariais são ainda preliminares e carecem de exploração aprofundada e validação empírica. Ainda que se tenha considerado que nos casos em que há maior influência da cultura, os profissionais não sejam os principais responsáveis pelo desenvolvimento dos arquivos empresariais, ou que nas situações em que a profissionalização é mais relevante, os elementos culturais sejam minimizados, essas situações podem ser somente indicativas de fases anteriores ou posteriores no desenvolvimento dos modelos ou ainda tratarem-se somente de relações espúrias entre esses fatores que podem ser condicionados por outros não identificados a partir da análise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preente trabalho abordou a questão dos arquivos empresariais em sua importância fundamental para a realização das pesquisas em História Empresarial. Considerando a necessidade de realização de maior quantidade de estudos comparativos

dedicados a analisar os processos de desenvolvimento das atividades de pesquisa em história de negócios internacionalmente e compreendendo a disponibilidade de arquivos e fontes para a pesquisa histórica como um dos fatores que exercem grande contribuição para a atuação dos pesquisadores e para a construção da área de pesquisa, no decorrer do artigo foram analisados diversos casos, em sua maioria europeus e americanos, buscando a identificação de elementos responsáveis pela existência de diferentes modelos e sistemas de arquivos empresariais adotados internacionalmente.

A partir da análise dos casos e da avaliação das classificações existentes na literatura, considerou-se que a dicotomia oriunda da noção de *continuum* entre as ações desenvolvidas pelo poder público e os projetos realizados pela iniciativa privada não poderia ser aceita. Considerando a existência de oposição entre as iniciativas públicas e privadas, poder-se-ia esperar que houvesse maior atividade estatal na medida em que inexistisse organização autônoma das empresas no desenvolvimento de ações de preservação de sua história ou, de outra maneira, que nos casos em que as próprias organizações se tivessem dedicado a desenvolver programas de organização e preservação de documentos e arquivos, fossem encontrados os casos de menor intervenção estatal na definição de políticas de regulamentação e financiamento dessas atividades. No entanto, conforme demonstrado, ao que parece o caso é bastante diferente.

Em função dos problemas de interpretação que poderiam ser oriundos daquela visão, apresentou-se nova possibilidade de categorização dos sistemas de arquivos empresariais, baseada no nível de atuação do Estado e das empresas privadas. A partir desses dois elementos e da influência exercida pelos fatores culturais e profissionais presentes em determinada sociedade, foram diferenciados quatro modelos de arquivos empresariais:

- 1) Responsabilidade Convergente, quando existe forte atuação tanto do poder público quanto da iniciativa privada e essas ações estão alicerçadas em elementos culturais e profissionais;
- 2) Responsabilidade Pública, quando a atuação pública em favor da preservação é grande e a atuação privada é pequena, seja por falta de interesse ou porque as ações do Estado inibem ou substituem qualquer necessidade de desenvolvimento privado. Nesses casos, existe certa tendência de as ações

públicas serem uma forma de manifestação da influência de cultura pró-arquivos;

- 3) Responsabilidade Privada, quando existem poucas iniciativas públicas em favor da preservação dos arquivos empresariais, que em sua maioria são mantidos por empreendimentos privados. Em associação a esses empreendimentos, é também comum o desenvolvimento de atividades por grupos e associações profissionais cujas atividades possuem relação com os arquivos;
- 4) Responsabilidade Dispersa, quando nenhum dos principais atores, poder público e iniciativa privada, se destacam na atuação em prol do desenvolvimento dos arquivos empresariais. Neste caso, as iniciativas voltadas à conservação dos arquivos tendem a ser desenvolvidas de maneira independente e pouco integrada, por influência de elementos culturais ou profissionais.

Essa classificação não pretende exaurir todas as possibilidades de combinação entre os quatro grandes fatores e principais agentes, mas tão somente identificar o papel e a contribuição fundamental exercida por eles no desenvolvimento dos arquivos empresariais em diversos países do mundo. A proposta identifica, assim, diversas possibilidades para a realização de pesquisas futuras sobre o assunto, com o interesse em testar as proposições apresentadas e em realizar análise comparativas entre as diversas facetas e condicionantes dos modelos empregados internacionalmente. Esses estudos certamente contribuirão para avançar o conhecimento sobre os sistemas de arquivos, os elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento e seu impacto e influência no desenvolvimento das pesquisas em história empresarial.

REFERÊNCIAS

ADKINS, E. W. The development of business archives in the United States: an overview and a personal perspective. **The American Archivist**, v. 60, n. 1, p. 8-33, 1997.

ADKINS, E.; WIRTH, K. Business archives in the United States. **Culture e impresa**, n. 4, nov., 2006.

- AMATORI, F. Business history as history. **Business History**, v. 51, n. 2, p. 143-156, 2009.
- ARATHYMOU, S. Greece's historical industrial archives. **Culture e impresa**, n. 4, nov., 2006.
- CASSIS, Y. Business history in France. In: AMATORI, F.; JONES, G. (Eds.). **Business history around the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 192-214.
- DRITSAS, M. Business history in Greece: the state of the art and future prospects. In: AMATORI, F.; JONES, G. (Eds.). **Business history around the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 255-270
- FINK; J.; JANSEN, C. R. Overview of business archives in Denmark. **Culture e Impresa**, v. 5, jul., 2007.
- FODE, H.; FINK, J. The business records of a nation: the case of Denmark. **The American Archivist**, v. 60, n. 1, p. 72-86, 1997.
- FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. **Brasil**: primer borrador de informe sobre la situación del patrimonio documental de América Latina. Madrid: Banco Mundial, 1999.
- GIUDICE, F. Business archives in Italy: an overview. **Culture e impresa**, n. 3, abr., 2006.
- GIUDICE, F. del. Business archives in Italy. **Culture e impresa**, n. 2, july, 2005.
- ICA. Business archives in international comparison. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS. **Proceedings...** Vienna, 2004. Disponível em: <www.ica.org/download.php?id=680>. Acesso em 13 de abril de 2011.
- LAKIO, M. Overview of business archives in Finland. **Culture e Impresa**, v. 5, jul., 2007.
- LINDGREN, H. Scandinavian business history at the end of the 1990s: its prior development, present situation, and future. In: AMATORI, F.; JONES, G. (Eds.). **Business history around the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- NÆSS, H. E. Business archives in Scandinavia. **Culture e impresa**, n. 5, july, 2007.
- PEDRAZA, J. A. G. Los archivos de empresas: una visión global. In: Seminario Fuentes para la Historia de Empresas y Empresarios en España, Alcalá de Henares, 2009. **Anais...** Universidad de Alcalá de Henares, Alcalá de Henares, 2009.
- PROCHASSON, C. "Atenção: verdade!" arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, v. 21, p. 105-119, 1998.
- RICHMOND, L.; TURTON, A. Overview of business archives in the United Kingdom. **Culture e impresa**, n. 4, nov., 2006.

ROBERTS, A. La teoría en la historia empresarial. In: ERRO, C. **Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro**. Barcelona: Ariel, 2003. p. 57-80.

THE NATIONAL ARCHIVES. **National strategy for business archives (England and Wales)**. July, 2009. Disponible em:
<http://www.businessarchivescouncil.org.uk/materials/national_strategy_for_business_archives.pdf>. Acceso em: 18 jan. 2011.

TORTELLA, T. Los archivos empresariales. Su organización, conservación y uso. In: ERRO, C. **Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro**. Barcelona: Ariel, 2003. p. 135-152.

ÜSDIKEN, B.; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. **Business History**, v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.

VALDALISO, J. M. Las diversas caras de la historia empresarial en España. Un comentario sobre algunas publicaciones recientes. **Revista de Historia Industrial**, n. 9, p. 175-180, 1996.

VALDALISO, J. M.; LÓPEZ, S. ¿Sirve para algo la historia empresarial? In: ERRO, C. **Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro**. Barcelona: Ariel, 2003. p. 37-56.

ZALD, Mayer N. History, sociology and theories of organization. In: JACKSON, J. E. **Institutions in American society: essays in market, political, and social organizations**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1989. p. 81-108.